

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência do Conselheiro Itamar Francisco Teixeira, realizando sua 275ª (ducentésimo septuagésimo quinta) Sessão Ordinária com a presença do pleno. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Fabio Benezath Chaves (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Marília Santos Ribeiro (FEHOFES), Rogério Simões Griffio (FEHOFES), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Denise Mara Ramaldes (COSEMS), Lorena Nunes Loureiro Custódio (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Iara Oliveira dos Santos (SINDIENFERMEIROS), George Nunes Bueno (SINODONTO), Itamar Francisco Teixeira (SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Sérgio Alexandre da Silva (SINDSAÚDE), Eliane Maria de Souza Machado (SINTUFES), Rosiane Aparecida Zambom (FETAES), Antônio Pereira dos Santos (CUT), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Roziani Pereira (AHES), Karla Francine Moreira de Jesus da Costa (Juntos+), João Carlos Santos (SINDNAPI), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (SINDNAPI), Maria Aparecida Alves (UBM), Denice Silva Gonçalves (UBM), Fábio Roberto Gama Encarnação (CTB), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), Jocimar Samuel da Costa Vila Real (SindEducação). **Faltas justificadas:** Juliana Ramos Bruno (Ministério da Saúde), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Alvaléria Cuel (SINTUFES)

Observação: devido à algumas falhas na captação de áudio, não foi possível transcrever todas as falas ditas na referenciada reunião.

Pauta:

1- Informes Tempo: 15 min

Relatoria: Maria Aparecida Alves de Souza – Secretária Geral da Mesa Diretora;

2 – Aprovação – Ata 274ª Reunião Ordinária, Ata 103ª Reunião Extraordinária; Tempo: 10 min

Relatoria: Maria Aparecida Alves de Souza – Secretária Geral da Mesa Diretora;

3 – Aprovação: Substituição de membros da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS Tempo: 5 min

Relatoria: Maria Aparecida Alves de Souza – Secretária Geral da Mesa Diretora;

4 – Apresentação – Doenças crônicas relacionadas ao trabalho em pedreiras, indústrias e marmorarias, com foco em doenças respiratórias Tempo: 20 min

Relatoria: Agnaldo José Grillo;

5 – Aprovação: Encaminhamentos da 104ª RE em 14/05/2026 Tempo: 10 min

Relatoria: Itamar Francisco;

6 – Aprovação: Apreciação e aprovação do 3ºRDQA Tempo: 15 min

Relatoria: Itamar Francisco;

7 – Aprovação: Reunião Ordinária no mês de junho no dia 11 Tempo: 10 min

Relatoria: Maria Aparecida Alves – Secretária Geral da Mesa Diretora;

8 – Aprovação: suspensão das reuniões das Comissões no mês de junho Tempo: 10 min

Relatoria: Itamar Francisco

9 – Relato das Comissões Tempo: 5 min (cada comissão)

Relatoria: Coordenadores das Comissões e Comitês.

Ponto 1 – Informes: A Secretária Geral da Mesa Diretora iniciou a reunião saudando os presentes e agradeceu a presença do palestrante Agnaldo José Grillo, membro do SindiMármore. A Secretária Geral verificou o quórum e verificou se todos haviam recebido a convocação com os pontos de pauta.

Ponto 2 – Aprovação – Ata 273ª Reunião Ordinária, Ata 103ª Reunião Extraordinária: A Secretária Geral colocou as atas em votação e foram aprovadas pelo pleno.

Ponto 3 – Aprovação – Substituição de membros da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS: A Secretária Geral comunicou que os membros

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

Alessandra Batista Lyrio, Anselmo Dantas, Márcia Naomi Shigetomi seriam substituídos por Patrícia Pitanga, Itamar Francisco Teixeira e Roberta Sousa Meirelles respectivamente. As substituições foram aprovadas pelo pleno. **Ponto 4 – Apresentação – Doenças crônicas relacionadas ao trabalho em pedreiras, indústrias e marmorarias, com foco em doenças respiratórias:** a Secretária-Geral da Mesa Diretora enfatizou a riqueza do tema e a falta de assistência aos trabalhadores adoecidos após a exposição durante atividade laboral. Ela pediu licença para comunicar que havia sido pedido um ponto de inclusão para tratar da substituição dos membros do Conselho Fiscal da Inova, que foi aprovado pelos presentes. O Conselheiro Fábio Gama comunicou que a CISTT havia participado do 4º Simpósio Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, no qual encontraram o Sindmármore palestrando. Desse encontro, surgiu o convite para participarem da reunião do Conselho Estadual de Saúde para que o pleno pudesse refletir sobre a situação dos trabalhadores e pensassem em maneiras de ajudar esses trabalhadores. Segundo o relato destes trabalhadores, as doenças são preveníveis, situação que mais assustou o Conselheiro Fábio Gama. O Conselheiro Sílvio parabenizou a ação da Comissão e fez coro à contribuição e participação dos palestrantes. O convidado e palestrante Agnaldo Grillo saudou os presentes e comunicou que iriam exibir algumas das realidades vivenciadas pelos trabalhadores marmoreiros. Ele solicitou a outro membro do Sindicato, Reginaldo, para falar um pouco sobre a situação. Reginaldo secretário de Saúde e Segurança do sindicato, que relatou o histórico da identificação da doença na região. Segundo ele, os primeiros casos de silicose foram observados em trabalhadores de uma empresa de Nova Venécia chamada Granasa. A partir de 2010, o sindicato passou a investigar mais profundamente a situação, realizando pesquisas junto aos trabalhadores e buscando meios de obter diagnósticos mais precisos, já que havia grande dificuldade para identificar a doença no norte do Espírito Santo. Reginaldo destacou a importância do médico Dr. Waldério Delaje nesse processo e explicou que o sindicato chegou a transportar trabalhadores para Vitória para que realizassem exames e consultas especializadas. Durante sua fala, Reginaldo informou que o Sindmármore possuía cerca de 225 casos registrados de silicose, dos quais aproximadamente 93 envolviam trabalhadores afastados pelo INSS ou já aposentados em decorrência da doença. Ele também mencionou o surgimento de novos casos e afirmou que esses números representam apenas uma pequena parcela da realidade, pois muitos trabalhadores podem estar doentes sem diagnóstico. Segundo ele, um dos principais desafios é a falta de conhecimento sobre a silicose por parte de muitos profissionais da saúde, o que frequentemente leva à confusão dos sintomas com outras doenças, como a tuberculose. Reginaldo ressaltou ainda a necessidade de capacitação dos médicos para melhorar a identificação dos casos e chamou atenção para situações graves que podem exigir transplante pulmonar. Além disso, relatou que o sindicato atua diretamente na busca por trabalhadores com sintomas, no encaminhamento para exames e especialistas, na realização de denúncias aos órgãos competentes e no acompanhamento dos casos junto ao Ministério Público, ao Ministério do Trabalho e ao Cerest. Também destacou a produção de um documentário em 2023 para dar visibilidade ao problema. Entre os relatos mais marcantes apresentados, citou o caso de um pai de 85 anos que teria perdido dois filhos em decorrência da silicose e o de trabalhadores em situação de extrema vulnerabilidade que sequer conheciam seus direitos previdenciários e indenizatórios. Para Reginaldo, a silicose continua sendo um grave problema de saúde

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

ocupacional no setor de mármore e granito, exigindo ações permanentes de prevenção, diagnóstico e assistência aos trabalhadores afetados. Ao fim da fala, Agnaldo agradeceu a todos e abriu para dúvidas e esclarecimentos. A Conselheira Iara dos Santos parabenizou o sindicato e afirmou ser testemunha dos casos relatados na apresentação. Ela afirmou ser oriunda de uma comunidade com cinco a seis pedreiras, as condições de trabalho haviam melhorado um pouco mas já ocorreram muitos óbitos no local. Seu irmão já teria trabalhado nessas pedreiras e sofria dos danos causados pela atividade laboral: surdez e psicológico abalado. A Conselheira afirmou ser uma situação muito grave, necessitando de uma maior empatia do patronato. Ela finalizou a fala afirmando que, se não fosse pelos sindicatos, a situação estaria muito pior. A Conselheira Rosiane Zambom saudou os presentes e disse que as fotos apresentadas durante a apresentação não eram chocantes, mas sim tratavam-se da realidade dos trabalhadores do ramo. Ela pautou a necessidade de políticas trabalhistas que envolvessem todos os trabalhadores relacionados ao mármore, e parabenizou o Sindicato pela atuação. A Conselheira Denice Gonçalves desejou uma boa tarde aos presentes e parabenizou a apresentação, ela afirmou ter sido gestora de trabalhadores de pedreiras e lidado com situações horrorosas. Ela perguntou como é o acompanhamento do sindicato da situação dos trabalhadores tendo em vista que muitos trabalhadores não fazem acompanhamentos frequentes em Unidades Básicas de Saúde (UBS), muitas vezes sendo atendidos somente quando já estão prejudicados. A Conselheira frisou que muitos diagnósticos chegam tardiamente para evitar afastamentos cobertos pelo INSS e elogiou a vinda do Sindicato até o Conselho Estadual de Saúde para que pudessem intervir. A Conselheira Maria Lúcia Duarte saudou os presentes e relatou a honra que era estar compondo a coordenação da CISTT. Antes da apresentação, ela pesquisou sobre a pneumoconiose e a silicose, tendo uma surpresa ao encontrar o Sindmármore expondo tantos casos. A Conselheira informou que mais de 80% da produção de rochas ornamentais são para exportação, correspondendo a 10% do PIB do Espírito Santo. O lucro das empresas estaria em torno de 1.6 bilhões de dólares. Ela afirmou que o Sindicato estava cumprindo um papel do poder público e que mesmo com os trabalhadores usando os equipamentos de proteção individual os acidentes continuam ocorrendo. A Conselheira finalizou a fala agradecendo e parabenizando o Sindicato. O Conselheiro Antônio Nogueira frisou que era uma situação extremamente grave e propôs que a CISTT fosse junto ao Sindicato notificar promotores do trabalho dentre outros responsáveis por acompanhar a situação do trabalhador, tomando as providências cabíveis. A Conselheira Marília Coser desejou uma boa tarde aos presentes e parabenizou o trabalho de cada um dos membros do sindicato, reiterando a força que a organização tem apesar do contexto de enfraquecimento sindical no Brasil. Ela sugeriu que também buscassem a Universidade Federal do Espírito Santo para que pudessem se inserir em projetos de pesquisa relacionados com a pauta e que fizessem contato com a Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro pois a mesma possui um centro de estudos de saúde do trabalhador e ecologia humana, ela afirmou que tentaria fazer a ponte de contato com órgãos que pudessem ser úteis. O Conselheiro Fábio Gama afirmou que ficava muito feliz e honrado com a presença do Sindmármore no CES, ele disse que ali se abria mais uma frente de debate e luta da categoria e muitas outras que também sofrem com o adoecimento de seus trabalhadores. Ele propôs a elaboração de uma recomendação feita junto com o Sindicato e agradeceu mais uma vez pela apresentação. O Conselheiro pontuou que a comunidade que cerca os

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

trabalhadores adoecidos sofrem também, lembrou que as pedreiras estão localizadas em locais remotos de difícil acesso, resultando em um produto muito bonito mas exportado com dor e sofrimento. A Conselheira Roziani Pereira disse que a situação era assustadora, e relembrou alguns relatos tocantes de pessoas em vulnerabilidade que foram exibidos durante a apresentação. Ela afirmou que o Sindmármore havia ido ao lugar certo pois o Conselho tinha o comprometimento em fazer um movimento junto com a sociedade civil. Ela frisou que o Sindicato já tinha 35 anos de luta, além de pessoas no processo de benefício de prestação continuada (BPC) ou aposentadas. Contudo, a empresa se negava a entregar o laudo para evitar ser responsabilizada. Além da recomendação, ela sugeriu que fossem pensadas outras ações para colaborar. A Conselheira finalizou a fala agradecendo ao Sindmármore mais uma vez. O Conselheiro Rogério Griffo desejou uma boa tarde aos presentes e disse que não tinha como não se sensibilizar com a situação levada pelo Sindicato e parabenizou o trabalho da organização. Ele fez coro à fala da Conselheira Roziani Pereira no que diz respeito a buscar outras ações além da recomendação. O Conselheiro sugeriu convidar representantes do patronato para dialogar sobre a situação enfrentada pelos trabalhadores. A Conselheira Marília Ribeiro saudou os presentes e agradeceu pela apresentação. Ela afirmou ter ficado muito tocada com os relatos e perguntou se havia algum protocolo clínico para a identificação da silicose e ressaltou a importância de se pensar num cuidado preventivo, além da assistência no pós trabalho. A Conselheira sugeriu a criação de um protocolo de identificação de doenças laborais. Reginaldo afirmou que o Sindicato vai atrás de diversas instâncias, inclusive a Fundacentro, que muitas vezes não reconhecia o quadro pela falta de um laudo fechado de acordo com a OIT. Ele afirmou que muitas vezes o Sindicato que providencia e se responsabiliza pela alimentação dos trabalhadores, caso contrário, ficam em escassez. Reginaldo afirmou que o Sindmármore busca não abandonar os trabalhadores da categoria, havendo poucos com o reconhecimento da silicose. Ele frisou que estavam ali para pedir informações sobre como e para onde agir, já haviam buscado a CEREST sem sucesso. Reginaldo ressaltou a falta de informação que cerca as atitudes que os trabalhadores poderiam tomar. Pablo, membro do Sindmármore, pediu que fosse criada uma qualificação pensada para saúde e segurança dos trabalhadores e uma ala para encaminhar os mesmos. Ele encerrou a fala agradecendo a contribuição do Conselho Estadual de Saúde. A Secretária-geral pediu que as propostas e encaminhamentos fossem enviadas à ela e as colocou em regime de votação, sendo todas aprovadas pelo pleno. **Ponto 5 – Encaminhamentos da 104ª RE em 14/05/2026:** O Conselheiro Cristiano Araújo desejou uma boa tarde aos presentes e anunciou que tinha ficado responsável por fazer o relato da pauta. Ele reiterou que na última reunião ordinária do Conselho o regimento e normas dos Conselhos Gestores havia sido ponto de pauta, assunto que vinha sendo debatido desde setembro de 2025. Na reunião passada foi aprovado um encaminhamento de convocação de reunião extraordinária para debater artigo por artigo do referenciado documento. A Secretária-Geral, Maria Aparecida Alves, informou que o regimento foi discutido na última reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde e perguntou se todos os presentes teriam entendido as propostas do relator. O Conselheiro e membro da Comissão Intersetorial de Acompanhamento dos Conselhos Gestores e Locais, Antônio Pereira, pediu a fala e demonstrou sua insatisfação com a conduta tomada pela Mesa Diretora e membros representantes da gestão que também integram a composição da Comissão. O Presidente Itamar Teixeira

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

explicou que, ao assumir suas funções, recebeu notificação do Ministério Público no dia 11 de agosto, referente à inexistência ou à não instituição de Conselhos Gestores em determinadas unidades de saúde. Informou ainda que o Conselho vinha sendo demandado por órgãos de controle e por entidades da sociedade civil quanto à regulamentação dos processos eleitorais dos conselhos gestores. O Presidente afirmou que a Comissão estava querendo gerir mais que a própria Mesa Diretora do Conselho, ele pautou a falta de respeito dos membros da Comissão e ameaças sobre chamar a polícia federal enquanto o pleno se reunia. Apesar da convocação da extraordinária, a Comissão solicitou o cancelamento da mesma e receberam um prazo para a sua então realização. Sendo assim, a reunião foi convocada para o dia 14 de maio, que não teve quórum. O Presidente informou que no dia anterior (20), havia chegado um ofício do Ministério Público comunicando uma errata de documento do Regimento eleitoral e ainda solicitava a apresentação das normas, regulamentações sobre a próxima eleição dos Conselhos Gestores, incluindo cronograma, edital e demais informações que entender serem pertinentes sobre o tema. O órgão controlador não reconhecia a Comissão, passando a demanda ao pleno, necessitando que este tomasse alguma providência. O Presidente pautou que o documento não precisava ser paritário, apenas que fosse aprovado e publicado para evitar responsabilizações jurídicas ao CES e seus Conselheiros. Ele afirmou que o Conselho não tinha condições de avaliar as medidas da gestão sem uma regulamentação ou normativa, ainda repassou que o Ministério Público foi incisivo em comunicar que a legislação válida sobre os Conselhos Gestores é somente a Portaria N ° 188-R. O Presidente propôs a criação de um grupo de trabalho para construir com urgência o documento dentro do prazo definido pelo Ministério Público. A Conselheira Karla da Costa saudou os presentes e afirmou que concordava em partes com o que fora dito pelo Presidente, cabendo a tomada de providências, mas também a reflexão. Ela afirmou que o regimento interno do Conselho Estadual de Saúde tinha muitas brechas e questões a serem resolvidas e que não era o momento de apontar erros, mas de resolvê-los. A Conselheira afirmou a necessidade de olhar para dentro e entender a organização interna do CES, ela disse que se sentia desestimulada a participar do pleno pois seus questionamentos sempre resultavam em respostas que soavam como ataques. Ela afirmou que não estava atrás de conflitos, mas sim de atuar no controle social e resolver as mazelas da sociedade no diz respeito a competência do Conselho. A Conselheira Carolina Coura pontuou que ela e o Conselheiro Fábio Benezath compõem a Comissão, mas já vinha tratando da situação enquanto gestão há um tempo. Ela afirmou que sua conclusão sobre o processo era a de que se a proposta não fosse apresentada fechada e da forma que os membros entenderem que é a correta, haverá impugnação dos mesmos para que o assunto não avance. Foram encaminhados documentos aos coordenadores para avançar na pauta, contudo a convocação da reunião extraordinária não partiu da Comissão. A reunião ordinária da Comissão ocorreu às pressas, já notificados pela Mesa Diretora, mas a postura da coordenação foi solicitar o adiamento da reunião. A Conselheira afirmou que não assinaria a solicitação de adiamento pois não concordava com a conduta. Ela também reiterou que havia discordado de três pontos cruciais do regulamento assim como o Conselheiro Fábio Benezath, apesar das assinaturas, trazendo inclusive a deliberação ao pleno. A Conselheira frisou que a soberania é do Conselho e, se o pleno não aprovar a regulamentação, cabe a todos o respeito da decisão. Ela afirmou que não havia boa vontade de uma das partes em negociar, sendo assim, todas as capacidades de dialogar

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

estavam esgotadas. A Conselheira afirmou que a Comissão deveria repensar seu papel pois se encontrava à mercê de duas pessoas coordenadoras que não queriam negociar. A Secretária-Geral leu as propostas tiradas: criação de um grupo de trabalho com quatro pessoas para elaborar e concluir o regimento; levar a proposta do edital para uma reunião extraordinária; fazer uma minuta do edital para as eleições nas instituições de saúde do estado; encaminhamento de minuta elaborada pela Mesa Diretora para cancelar a última eleição dos Conselhos Gestores. As propostas foram aprovadas pelos presentes com uma abstenção. O Conselheiro Antônio Pereira propôs que fosse criada uma comissão técnica para acompanhar a Comissão já existente, que recebeu seis votos a favor e nove contra, não sendo aprovada. A Secretária-Geral pediu que os interessados em compor o grupo de trabalho se manifestassem, com a composição ficando da seguinte forma: Karla da Costa (usuário), Marília Ribeiro (gestão), Cristiano Araújo(gestão), Antônio Pereira (usuário) e Maria Rita de Boni (trabalhadores). **Ponto 6 – Apreciação e aprovação do 3ºRDQA:** A Secretária-geral perguntou se todos tinham lido o documento. O Conselheiro e Coordenador da Comissão Intersectorial de Orçamentos e Finanças (CIOF) fez uma breve apresentação do documento. Os Conselheiros parabenizaram o trabalho da Comissão e a Conselheira Carolina Coura se auto convidou para realizar a prestação de contas com recomendações a partir das auditorias feitas. Ela explicou que acompanhou muitas denúncias a respeito da Gerência de assistência farmacêutica (GEAF) e a gestão estava estruturando um plano de ação com o setor. A Secretária-Geral encaminhou a aprovação do parecer do 3º RDQA de 2025, que foi aprovado com unanimidade. **Ponto 7 – Reunião Ordinária no mês de junho no dia 11:** A Secretária-geral explicou a necessidade de adiantar a realização da reunião ordinária devido as etapas municipais, sendo aprovado pelo pleno. **Ponto 8 – Suspensão das reuniões das Comissões no mês de junho:** A Secretária-geral, Maria Aparecida explicou a necessidade de suspender as reuniões das Comissões para garantir a participação dos Conselheiros nas etapas municipais da 18ª Conferência de Saúde, o que foi aprovado pelos presentes. **Ponto 9 – Substituição dos representantes do Conselho Fiscal da Inova:** Conforme a inclusão de pauta aprovada, os novos membros aprovados no Conselho Fiscal foram Sérgio Alexandre da Silva (titular) e Maria Aparecida Alves (suplente). **Ponto 10 – Relato das Comissões:** CISTT — O Coordenador da Comissão, Fábio Gama, agradeceu o empenho que a Comissão teve em aprovar o planejamento dos próximos três anos da CISTT, ele agradeceu ao Presidente por construir o texto para ser aprovado no 17º Congresso Internacional da Rede Unida. CISMU — A Coordenadora Denice Gonçalves ressaltou que a Comissão não deixou de se reunir, inclusive marcando reuniões com o Secretário de Saúde e o doutor Fábio Benezath com o objetivo de fazer a concertação e conformação da rede Amil buscando a diminuição da mortalidade materno infantil por causas evitáveis. Ela comunicou que há problemas sérios em relação a plano de parto, na configuração do direito da mulher e violação dos mesmos. A Coordenadora explicou que haviam entrevistado mulheres em diversos municípios e estavam acompanhando de perto a situação delas, além disso a maternidade frequentada por moradores de Cobilândia se encontrava com falta de profissionais clínicos. Sendo assim, foi feita uma solicitação de edital para a contratação de outros profissionais, mas ainda estavam sem o parecer da Secretária de Saúde estadual. Ela frisou que estavam recompondo a Comissão por entender que somente as Conselheiras estaduais não davam conta de entender o que acontece em todo Espírito Santo, haviam sido feitas capacitações com

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 275ª Reunião Ordinária
21 de maio de 2026

os profissionais de saúde materna em Vila Velha. Ela finalizou a fala ressaltando a importância de incluir todas as mulheres de todas as localidades e etnias no controle social e no acesso à saúde. CISMAVF — O Coordenador Alexandre Sattler comunicou que estão discutindo algumas preocupações referente ao Plano Clima Adaptação – Cidades e o AdaptaSUS, estavam pretendendo fomentar ainda outro evento sobre políticas públicas no que diz respeito a área. CISTT — O membro da Comissão, Antônio Pereira, disse que o plano de trabalho da Comissão estava sendo usado como referência no estado da Bahia. CICIRH — A Coordenadora Marília comunicou que o 1º Seminário Estadual da Saúde Integral da População Negra seria realizado no dia seguinte (22), sexta-feira. O convite estava sendo divulgado e, posteriormente, seria feito um relato do que ocorreu e das benfeitorias que isso pôde trazer para a população. CIACG — Na ausência dos Coordenadores, o membro da Comissão Fábio Benezath, comunicou que a Comissão se reúne frequentemente e com um bom quórum, mas avaliou que nem sempre os encaminhamentos refletem as deliberações realizadas pelo grupo. Como exemplo, citou um ofício elaborado em reunião anterior que recebeu manifestações contrárias de diversos membros, mas que posteriormente foi encaminhado pelo coordenador como se representasse o posicionamento da comissão. O Conselheiro ressaltou a necessidade de discutir internamente os procedimentos da comissão para garantir que as decisões sejam apresentadas de forma fiel às deliberações ocorridas. Defendeu o respeito às divergências, a transparência nos encaminhamentos e a valorização do debate democrático, afirmando que, embora nem sempre prevaleça sua posição, é fundamental que as diferentes opiniões sejam consideradas e respeitadas. O Conselheiro Fábio Benezath pediu que a Mesa Diretora reforçasse com os demais que a reunião se inicia às 14h tendo em vista que muitos estão chegando somente 14h30, resultando no atraso da reunião, além de reorganizar a pauta para que assuntos que necessitassem de aprovação fossem sempre os primeiros a serem discutidos. A presente reunião foi encerrada pelo Presidente.

Presidente do CES/ES

Itamar Francisco Teixeira